



Urdiduras da rede urbana das Minas Gerais setecentistas

Fernanda Borges de Moraes¹

Introdução

As redes urbanas têm sido um objeto privilegiado de estudos, tendo em vista, sobretudo, a importância de sua compreensão no desenvolvimento de propostas de planejamento urbano e regional. Ao recuarmos no tempo, no entanto, poucos são os estudos específicos sobre a configuração das redes urbanas em um passado mais distante como o colonial. Cabe lembrar que a temática das redes urbanas fundou-se, ganhando maior visibilidade e projeção, a partir dos trabalhos do geógrafo Walter Christaller² e do economista August Lösch³ que, nos anos de 1930 e frente à Grande Depressão e a realidades em franco processo de industrialização e urbanização, buscavam não só compreender as variáveis que se interpunham às chamadas “condições naturais de equilíbrio” da economia mas, sobretudo, explicar as relações espaciais nos processos de organização econômica e de hierarquização dos centros urbanos. Mas como considerar de tais estudos frente a sociedades tão pouco industrializadas ou urbanizadas como as da América Portuguesa?

O usual sentido do termo “urbanização”, embora expresse um fenômeno antigo, está estreitamente associado à industrialização em razão dos impactos decorrentes das revoluções industriais, o que tem condicionado seu emprego na análise de questões mais contemporâneas. Associa-se urbanização à transferência de pessoas do meio rural para o meio urbano, o que implica na idéia de concentração de muitas pessoas em um espaço restrito, a cidade, cujo percentual de aumento populacional seria superior em relação à população rural. Em termos econômicos, tal processo implicaria na substituição das atividades primárias (agropecuária) por atividades secundárias (indústrias) e terciárias

¹ Escola de Arquitetura – UFMG. E-Mail: fbmoraes@arq.ufmg.br e fbmoraes@ufmg.br

² CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern germany*. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966. 230p. [Edição original: 1933].

³ LÖSCH, August. *The economics of location*. 2. ed. New Haven; London: Yale University, 1967. 520p. [Edição original: 1939].

(serviços), cujo desenvolvimento estaria relacionado tanto a demandas e consumos tipicamente urbanos quanto às economias de aglomeração.

A urbanização, entretanto, não está relacionada apenas ao crescimento demográfico e econômico de algumas cidades, mas também implica em uma série de transformações e articulações expressas na organização do espaço regional e nas relações de dependência e hierarquia, que conformam um sistema integrado de maior amplitude: a rede urbana.

Para entendimento desse fenômeno no processo de povoamento da América Portuguesa, impõe-se a necessidade de sua recontextualização ao mundo colonial, buscando a historicidade própria de suas formações espaciais. Sob a pena de cairmos em crasso anacronismo, buscamos evitar simplesmente transpor modelos criados para um momento histórico em que eram outras as formas e dinâmicas de produção, organização, controle e gestão do espaço e que levavam em conta, inclusive, os valores de uma sociedade estamental como era a do Antigo Regime. Assim, levamos em consideração aspectos como os interesses e focos predominantes em cada um dos momentos mais expressivos do processo de colonização; o modelo de administração colonial adotado e, mais especificamente, o papel exercido pelos núcleos urbanos nesse modelo, independente de sua condição de cidades ou vila e, portanto, considerando também o papel desempenhado por algumas nucleações urbanas intermediárias, como as freguesias e arraiais.

1. Aspectos gerais da colonização da América Portuguesa

Em 1820, o Brasil, às vésperas da independência, apresentava em seu território somente doze cidades, duas situadas na então capitania do Rio de Janeiro e as demais nas da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e São Paulo. Também o número de vilas erigidas ao longo de todo o período colonial era reduzido, apenas 213, sobretudo se considerarmos a extensão territorial da colônia.

Se levarmos em conta que, além de aspectos como a extensão territorial, durante todo o período colonial, foram criadas apenas essas cidades e vilas, poder-se-ia supor que a urbanização da América Portuguesa foi, no mínimo, incipiente; ainda mais se confrontarmos tal situação com a de Portugal continental no início do século XIX que, com

um território de apenas 89.214 km², possuía uma população estimada de 2.893.532 habitantes⁴ e contava com 22 cidades e, aproximadamente, 500 vilas⁵.

Detendo-nos, no entanto, sobre algumas das especificidades do processo de colonização da América Portuguesa, vemos que o número de cidades e vilas não é parâmetro inequívoco ou suficiente para qualificar o grau de urbanização alcançado, muito menos revelar a complexidade das redes urbanas macro e microrregionais em sua formação e desenvolvimento.

Contudo, a geografia desse processo revela algumas peculiaridades, dentre as quais destacamos os esforços de interiorização. As três cidades fundadas e todas as vilas fundadas no século XVI localizavam-se junto à costa. O fim da União Ibérica (1580-1640) e a emergência e acirramento dos conflitos entre as coroas portuguesa e espanhola na demarcação de seus respectivos domínios em território americano contribuíram para que houvesse, nos seiscentos, um maior esforço de interiorização, ainda que incipiente, que se verificou sobretudo no vale do Paraíba e entorno da vila de São Paulo. No entanto, as quatro cidades e a maioria das 37 vilas erigidas no século XVII também se situavam no litoral ou muito próximo dele, com destaque para o pólo baiano-pernambucano, cuja base era a produção e exportação do açúcar.⁶

As expedições sertanejas de preação e busca de ouro e pedras preciosas, a expansão pastoril do nordeste, a obra dos missionários na Amazônia, a criação de gado e muares e as ações de conquista de caráter militar no extremo sul criaram, contudo, condições propícias para que, já nas primeiras décadas do século XVIII, ocorressem expressivas transformações no panorama urbano da colônia. As vilas de São Paulo de Piratininga (1711), de Nossa Senhora do Carmo (Mariana, 1745) e do Mocha (Oeiras, 1761) foram elevadas à categoria de cidade e, tal como 60% das 118 vilas erigidas, localizavam-se nos territórios interiores da colônia. Nas duas primeiras décadas do século XIX, mais duas cidades – Cuiabá e Goiás (1818) – e 44 novas vilas foram criadas, sendo 70% delas também situadas nos sertões.

⁴ ATLAS Cartografia histórica. Concepção e organização: Prof. Luis Nuno Espinha da Silveira. Disponível em <<http://www.fcsh.unl.pt/atlas/>>. Acesso em 23/04/2004.

⁵ Cf. CASTRO, Lourenço de M. P. Souto-Maior e. *Mapa cronológico do Reino de Portugal e seus domínios*. Lisboa, 1815. *apud* FONSECA, Cláudia Damasceno. *Pouvoirs, villes et territoires; genèse et représentations des espaces urbains dans lês Minas Gerais (Brésil), XVIII^e – début du XIX^e siècle*. Paris: [mimeo], 2001. Tese de Doutorado pela École des Hautes Études em Sciences Sociales. p. 11 (nota de rodapé 4).

⁶ AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial; ensaio de geografia urbana retrospectiva*. São Paulo: [USP], 1956. p. 23.

Isto correspondeu à conquista e povoamento de largas extensões do planalto brasileiro e das planícies amazônicas, com a ereção de vilas situadas a mais de 2000km da costa, como foi o caso da Vila Bela da Santíssima Trindade do Mato Grosso (1752), próxima à fronteira com a Bolívia; e Olivença (São Paulo de Olivença) e São José do Javari (Benjamim Constant), em 1759, nos limites da Capitania de São José do Rio Negro com os territórios do Peru. Na Amazônia, o povoamento do interior apresentou uma conformação praticamente linear, em razão do eixo fluvial de penetração no território representado pelo rio Amazonas e seus afluentes, Madeira, Negro e Solimões. Em oposição ao caráter linear das articulações entre os principais núcleos urbanos fundados nos dois primeiros séculos da colonização – muitas vezes estabelecidas a partir de rotas marítimas, ao longo do extenso litoral da colônia, ou fluviais –, veremos que o papel de Minas Gerais foi fundamental no desenvolvimento da rede urbana da colônia, sobretudo em sua interiorização.

Cabe mais uma vez ressaltar que os núcleos urbanos da América Portuguesa apresentavam especificidades que impossibilitam o emprego indiscriminado de parâmetros contemporâneos na análise do processo de urbanização. Tanto em Portugal continental como em suas colônias, o *status* de cidade implicava na concessão de certas prerrogativas de caráter honorífico às aglomerações de maior importância religiosa, política ou militar⁷. As cidades, nesse sentido, eram aglomerações superiores às vilas por se assentarem em terras próprias de modo a perpetuar em si o sentido de município romano, independente e livre. Para um determinado núcleo urbano, por exemplo, receber uma diocese ou sede de bispado, era necessário que a vila fosse elevada à condição de cidade pois, como bem salientou Diogo de Vasconcelos, “*como os bispos eram tão nobres de primeira grandeza, príncipes titulares, não podiam residir, nem o Papa o consentia, em vilas, que, pois, estas não se fundavam em termos próprios*”⁸.

No caso das vilas portuguesas, a maior parte delas figurava como sede dos *concelhos*⁹, que eram governados pelas câmaras – constituídas de um corpo de oficiais municipais com atribuições judiciárias, administrativas, militares e fiscais – e possuíam autonomia administrativa, em primeira instância, e judiciária. Era este o modelo de organização local que

⁷ Embora se deva destacar o fato de que uma vila ser elevada à categoria de cidade nem sempre significava a agregação de alguma prerrogativa política suplementar. Cf. FONSECA, *op. cit.*, p. 11.

⁸ VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. v. I e II.

⁹ Os *concelhos*, no início da Idade Moderna, constituíam as células de base da organização política e territorial do território continental da monarquia portuguesa, sendo agrupados em circunscrições mais amplas denominadas comarcas, cuja jurisdição estava a cargo de magistrados – os ouvidores –, responsáveis pela gestão financeira, tutelando os juizes municipais.

a Coroa Portuguesa, desde o século XVI, transferiu, praticamente sem alterações, para suas colônias. As instituições municipais se constituíam em verdadeiros instrumentos para a construção e defesa dos territórios portugueses de além-mar. Por meio dos *concelhos* é que os impostos eram coletados, a justiça era aplicada e as milícias recrutadas. A vila de São Vicente, fundada na costa atlântica, foi, em 1532, o primeiro *concelho* da América Portuguesa.

Ainda que a legislação portuguesa fosse assegurada pela grande uniformidade institucional, evidentemente houve diferenciações entre os *concelhos* do Reino e os das colônias, tendo em vista a diversidade dos contextos territoriais, físicos, econômicos e socioculturais. Para se ter uma idéia, na Capitania de Minas Gerais, os territórios de alguns *concelhos* poderiam conter todo o Portugal continental. Portanto, não só as cidades, mas também as vilas, figuravam como *locus* privilegiado para o desenvolvimento de uma sociedade urbana, por constituírem um ambiente de fluxos comerciais mais intensos, de concentração de serviços e comércio relativamente especializados, com a presença institucionalizada de um corpo burocrático e por abrigarem membros da nobreza e representantes da Coroa.

Não podemos deixar de observar, nesse ponto, que nos diversos movimentos que marcaram os vínculos entre colônia e metrópole, a Coroa utilizava estratégias de exploração e controle político-administrativo em que se alternavam concentração e descentralização do poder, o que implicou em impactos diferenciados no espaço colonial e, conseqüentemente, em sua rede urbana em formação. A estratégia adotada, por exemplo, no regime de feitorias e no das capitanias hereditárias no primeiro século da colonização, pautou-se por uma lógica na qual coube quase que exclusivamente a particulares os riscos dos empreendimentos iniciais da empresa colonial, ainda que em troca da ampla cessão de direitos e privilégios, inclusive os de conceder sesmarias e fundar vilas. No entanto, quando se ampliavam as possibilidades de maior lucro e rentabilidade, o movimento se dirigia no sentido de uma maior centralização político-administrativa, o que resultava, na maioria das vezes, na restrição dos direitos e privilégios concedidos.¹⁰

Esses movimentos de concentração/descentralização do poder também se reproduziam nas demais escalas do território, alcançando os níveis mais locais. Nos momentos de maior intensificação do esforço de povoamento, a ereção de vilas e cidades figurava como uma importante estratégia na qual a implantação de uma estrutura de organização administrativa, jurídica, fiscal, militar e territorial possibilitava à Coroa

¹⁰ SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos*; a administração no Brasil colonial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 47-51.

portuguesa impor sua ordem e garantir um maior controle fiscal sobre as riquezas produzidas. Por outro lado, conferir maior autonomia e poder a determinadas localidades e, conseqüentemente, às elites locais poderia não ser a melhor estratégia em momentos de crises ou frente à emergência de rebeliões e insubordinações da população. Mas embora centralizador, vale ressaltar que o Estado português não agia de forma uniforme para alcançar seus objetivos, utilizando-se de estratégias várias, que levavam em conta as particularidades de um território extenso e desigual.

Francisco Iglesias já chamava a atenção que, ao longo do século XVIII, inúmeros núcleos urbanos da Capitania de Minas Gerais estariam em condições de receber títulos de cidade ou de vila¹¹. No entanto, ao longo de todo o período colonial, foram erigidas em seu território apenas quinze vilas e uma única cidade, Mariana, enquanto a Capitania da Bahia contava com 40 vilas e a de São Paulo com 31. Corroborando a afirmativa de Iglesias, estudos mais recentes apontam para a existência de um jogo de interesses diversos no qual figuravam tanto aspectos de estratégia político-administrativa como os mencionados anteriormente, assim como disputas e concorrências de caráter estritamente local, fazendo com que, apesar de sua prosperidade e apresentarem atributos semelhantes aos das cidades e vilas existentes – tais como número de famílias abastadas, nível de desenvolvimento econômico, infra-estrutura urbana, número de habitantes, etc. – vários núcleos urbanos mineiros tivessem recorrentemente negadas suas solicitações de emancipação¹².

Assim, se o número de cidades e vilas criadas no período colonial pode, a princípio, nos parecer desprezível, para o entendimento do processo de urbanização na América Portuguesa é preciso também levar em conta o grau de desenvolvimento e as especificidades não só dos demais núcleos existentes como da própria rede urbana por eles conformada, tanto no que respeita a sua hierarquia quanto às suas polarizações – naturalmente, mas não exclusivamente, exercidas pelas cidades e vilas – e as articulações existentes em nível macro e microrregional.

2. Minas Gerais e a estruturação da rede urbana da colônia

O caráter urbano do processo de povoamento das Minas Gerais tem sido freqüentemente destacado pela historiografia do período colonial, apontado como distinto do ocorrido até então nas demais capitanias. Nelas, observa-se que, nos dois primeiros

¹¹ IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1960, t. II, v. 2. p. 372.

¹² FONSECA, *op. cit.*, p. 42.

séculos da colonização, a exploração de base extrativista, agrícola ou a pecuária resultaram em assentamentos humanos pouco densos e com baixa taxa de crescimento, geralmente situados próximo às áreas produtoras. Eram economias de caráter essencialmente rural em que era possível haver uma relativa auto-suficiência – lembrando que a lavoura demandava grandes extensões de terra e a pecuária exigia espaços ainda mais amplos para a expansão – pouco demandavam a presença de núcleos urbanos mais expressivos, que estariam mais associados a alguns pontos estrategicamente localizados de comercialização e escoamento da produção.

Nas Minas, porém, vários aspectos contribuíram para que o processo de urbanização viesse a ocorrer de forma mais intensa e efetiva. Já nas primeiras décadas do século XVIII, era visível a reversão da situação de “coisa provisória”, que caracterizou os primeiros assentamentos humanos fundados por aventureiros vindos de todas as partes da colônia e do Reino e que, movidos pelo objetivo do enriquecer fácil, mantinham a perspectiva de logo retornar aos seus locais de origem.

No povoamento da América Portuguesa, o sentido costumeiro que o termo “arraial” tinha em Portugal – o de acampamento militar, também empregado para os locais de quermesses e feiras, de caráter precário porque provisório – passou a designar genericamente aglomerações de tamanho variado. Contudo, em Minas, esses acampamentos, pontos de pouso, ranchos ou vendas – fundados junto às lavras e/ou ao longo dos caminhos – logo viriam a constituir rapidamente núcleos urbanos de natureza permanente. Também, na medida em que as hordas de aventureiros adentravam mais os sertões, os arraiais fundados logo se tornavam postos avançados, como faziam antes os bandeirantes, a partir dos quais se rumava para áreas mais longínquas. Os relatos do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire fornecem uma definição clara do termo arraial e do sentido que acabou adquirindo em Minas:

Nota-se que na província de Santa Catarina não se usa, como em Minas, o termo arraial para designar os povoados, mas – freguesia. Arraial, propriamente dito, significa acampamento, e acampar era o que realmente faziam os primeiros mineiros. A grande quantidade de ouro, porém, que eles encontravam em certos lugares decidia-os a aí se fixarem, e a palavra arraial foi pouco a pouco perdendo a

sua significação. Nada de parecido ocorrera em Santa Catarina, onde não existiam minas a explorar.¹³

A mineração, contudo, não era atividade que se esgotava no cotidiano das lavras. Se o ouro e as pedras preciosas desencadearam o rápido povoamento das Minas Gerais, também estimularam o desenvolvimento de atividades mercantis necessárias ao abastecimento das áreas mineradoras, favorecendo a articulação não só entre regiões da capitania, como também com outras capitanias e com a própria Metrópole, como demonstram os relatos de Antonil:

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras, e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificulosamente se poderá dar conta do número de pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nesses últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem, que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo, e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar.

Cada anno vem nas frotas quantidade de Portuguezes, e de estrangeiros, para passarem ás minas. Das cidades, villas, reconcavos, e sertões do Brazil vão brancos, pardos, e pretos, e muitos Indios de que os Paulistas se servem. A mistura he de toda a condição de pessoas: homens, e mulheres; moços e velhos, pobres e ricos; nobres e plebeos, seculares, clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quaes não tem no Brazil convento nem casa.¹⁴

Em menos de oitenta anos, o contingente populacional apresentado por Antonil deduplicou, chegando a 319.769 habitantes, em 1776¹⁵, o que destacava a Capitania de

¹³ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Santa Catarina (1820)*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1936. 252p. p. 30.

¹⁴ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Conselho Nacional de Geografia, 1963. p. 72.

¹⁵ Conforme consta do *Mapa dos habitantes atuais da Capitania de Minas Gerais e dos nascidos e falecidos no ano de 1776*. In: ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição*

Minas Gerais como a mais populosa da colônia, responsável por mais de 20% de sua população. E, ao final do período colonial, estimava-se que a sua população chegava a mais de 500 mil almas¹⁶, mesmo com a atividade mineradora já em franca decadência.

A rapidez e intensidade com que se fixaram grandes contingentes populacionais no território mineiro permitem-nos concordar com a assertiva de Diogo de Vasconcelos de que “*as Minas não tiveram infância*”¹⁷. As notícias da descoberta do ouro desencadearam o primeiro movimento migratório interno de grandes proporções da colônia, impulsionaram a ocupação de um vasto território; determinaram a imediata implantação de uma complexa organização administrativa, judiciária, fiscal e militar e fizeram surgir um expressivo número de assentamentos humanos permanentes, fazendo com que Minas já nascesse urbana.

O que distinguiu e conferiu um caráter especial a esse processo de urbanização foi, por um lado, o seu impacto na estrutura econômica e territorial da colônia, com o deslocamento do eixo econômico-administrativo para o centro-sul e o desenvolvimento de articulações com regiões distantes, integrando mercados, ampliando fronteiras e fortalecendo a unidade territorial interna. No interior da capitania, as peculiaridades dessa urbanização revelavam-se nas formas como a população ocupou um território de vasta extensão, distribuindo-se em aglomerações de características diversas, articuladas segundo uma estrutura hierárquica dinâmica e complexa.

A expressão espacial desses processos é evidenciada no amplo *corpus* documental constituído pela cartografia produzida no século XVIII e nas primeiras décadas do XIX que, comparada, cotejada e confrontada com outros registros documentais e estudos diversos, permite-nos construir uma geografia do que foi a rede urbana das Minas coloniais, abordando tanto suas articulações macro-regionais, quanto o movimento centrífugo que caracterizou a formação de seus núcleos urbanos.

3. Articulando os confins da colônia: os caminhos para as minas de ouro

geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p. 182.

¹⁶ Consta um total de 514.108 habitantes na Capitania de Minas Gerais em Notícias e reflexões estatísticas da província de Minas Gerais por Guilherme Barão de Eschwege, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, IV (1899). p. 737. *apud* MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*; a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal – 1750-1808. 3ª ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1985. p. 301.

¹⁷ Frase de Diogo de Vasconcelos, citada em IGLÉSIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.), *op. cit.*, p. 366.

O processo migratório que caracterizou o *rush* para as minas chegou a provocar, de imediato, conseqüências inesperadas, tanto na colônia quanto no Reino. Gerou sobretudo o despovoamento de algumas regiões, cujos efeitos – o abandono das áreas produtoras rurais; a redução dos contingentes militares responsáveis pela defesa do território; a falta de tripulantes para as embarcações, de artesãos e oficiais para as manufaturas, de braços para a construção, de clérigos para os ofícios religiosos – foram registrados em uma série de documentos da época.¹⁸

Por outro lado, o processo de povoamento rápido e desordenado também implicou em impactos indesejáveis nas áreas mineradoras. Sua distância das regiões produtoras/exportadoras de secos e molhados aliada à precariedade dos caminhos e dos meios de transporte; à concentração de braços nas atividades de mineração; à falta de moeda circulante e aos vários os tributos que incidiam sobre as mercadorias importadas contribuíram para a elevação de preços no mercado bem como para a escassez desses produtos, sobretudo alimentos.

Grandes surtos de fome ocorreram em 1668-1669 e em 1700-1701 e, conjugados à violenta epidemia de bexiga e às cheias nos rios, acabaram por provocar relativa dispersão de mineradores.¹⁹ Diante da gravidade dessa situação, a Coroa tomou providências imediatas, investindo na abertura de novas vias de comunicação; facilitando a passagem dos rios; ordenando o plantio de roças e o estabelecimento de estalagens nos caminhos que conduziam às minas. Se, por um lado, os interesses em apoiar as atividades de mineração e, conseqüentemente, garantir e ampliar a arrecadação se sobrepunham a aspectos de cunho mais social e de teor humanitário; por outro, tais iniciativas contribuíram para o estabelecimento e desenvolvimento de atividades que dessem suporte à vida nas minas, assim como para o aquecimento das relações mercantis entre várias regiões da colônia.

Com cada região oferecendo às populações mineradoras os artigos de que dispunha, isso concorreu para o aumento de sua capacidade produtiva e para ampliação e melhoria das vias de comunicação, dos meios de transporte, do crédito e do consumo.²⁰ Foi surpreendente a rapidez com que se deu a consolidação e a abertura de caminhos para a região das minas, transformando-a em pólo articulador de grandes eixos viários que cortavam os sertões, expandindo-lhes as fronteiras, consolidando definitivamente sua rede urbana macro-regional.

¹⁸ Ver ZEMELLA, *op. cit.*, p. 48 e notas de rodapé 29 a 32.

¹⁹ BOTELHO, Ângela Vianna. Abastecimento (verbete) In: BOTELHO; ROMEIRO, *op. cit.*, p. 11-13.

²⁰ ZEMELLA, *op. cit.*, p. 47 e 29.

3.1. Articulações com o norte-nordeste: “pelos caminhos do Certão, Bahya e Pernambuco laborasse o negocio de fazenda seca e molhados, gado vaccum e cavallar, escravos e o mais que se julgava ter sahida em huma nova povoação”

Na virada do século XVII para o XVIII, o território que viria a constituir Minas Gerais poderia ser considerado nada mais que um grande *sertão*, o que, no entanto, não significava seu total desconhecimento por parte do elemento colonizador. Podemos citar pelo menos quatro grandes expedições, inseridas no que Basílio de Magalhães denominou “ciclo baiano das entradas”, que marcariam as primeiras tentativas de desbravamento de seu território ainda na segunda metade do século XVI, tendo como principal foco de irradiação a Capitania de Porto Seguro: a de Francisco Bruzza de Spinosa e do padre João Aspilcueta Navarro (1554); a de Martim de Carvalho (ca. 1567); a de Sebastião Fernandes Tourinho (ca. 1572-3) e a de Antônio Dias Adorno (1574). Ainda que mal sucedidas em seu objetivo de encontrar riquezas minerais, não gerando uma ocupação efetiva das regiões percorridas, tais expedições proporcionaram um acúmulo de conhecimento que contribuiu, direta ou indiretamente, tanto para o surgimento de fazendas e currais junto ao rio São Francisco e seus afluentes, quanto para o sucesso daquelas que viriam a se realizar no século seguinte, encontrando ouro e desencadeando o *rush* verificado em direção às minas de ouro.

A partir de 1550, quando as primeiras cabeças de gado chegaram a Bahia vindas de Cabo Verde, a pecuária bovina se disseminou por toda a colônia, em especial, no nordeste e, mais tarde, no extremo sul. Ao longo das margens do rio São Francisco – que ficou conhecido como “rio dos currais”, em razão de seus pastos, depósitos e barreiros de sal –, proliferaram inúmeras fazendas e currais, muitos dos quais chegaram a se instalar em território mineiro antes mesmo da divulgação das notícias da descoberta de ouro. O *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo*, de datação aproximada de 1699-1702²¹, expressa a intensidade desse tipo de ocupação, registrando a presença de incontáveis fazendas em território mineiro e, inclusive, nomeando várias delas, concentradas principalmente entre as desembocaduras dos rios Carinhanha e das Velhas.

²¹ Essa datação é atribuída ao mapa original do padre Cocleo, do qual não se tem notícia. Porém, em se tratando de uma cópia, parece-nos que houve algum esforço de atualização ainda que parcial, considerando que Maragogipe nele figura como vila, o que veio a ocorrer somente em 1725. Por outro lado, Santo Antônio do Rio das Caravelas, erigida vila em 1701, sequer consta do mapa. Uma reprodução desse mapa de COSTA, Antônio Gilberto (Org.). *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte: Editora UFMG: Lisboa; Kapa Editorial, 2004. p. 140-141.

Nesse mapa são também indicados o *Caminho novo do gado* e o *Caminho de João Gonçalves do Prado*. O primeiro, mais interior, vinha de São Paulo até Vila Rica e, se desenvolvendo à maior distância da margem esquerda do São Francisco, adentrava os sertões do Piauí para depois margear o rio Itapecuru Grande, em terras dos Tapuias, chegando até ao Maranhão. O segundo saía da vila de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, na Bahia, subia o rio Paraguaçu, passando pelo então arraial do Rio das Contas em direção ao sul, atravessando o rio Verde Grande até chegar nas minas do rio das Velhas. Da região de Cachoeira também partiam outros caminhos, também registrados nesse mapa e que, rumando para oeste, chegavam ao São Francisco, e daí seguiam margeando-o à maior ou menor distância até chegar ao rio das Velhas. Sem dúvida, essas extensas vias de articulação contribuíram para que “*pelos caminhos do Certão, Bahya e Pernambuco laborasse o negocio de fazenda seca e molhados, gado vaccum e cavallar, escravos e o mais que se julgava ter sahida em huma nova povoação*”.²²

A Bahia apresentava condições particularmente favoráveis para se consolidar como um importante centro abastecedor das Minas: facilidades geográficas de comunicação, tanto por via fluvial quanto pelos caminhos mais amenos abertos pelo gado; uma posição consolidada de centro importador em razão de sua proximidade da Europa e dos portos do sul da colônia; ser de povoamento antigo, já com um comércio bem aparelhado; e ainda vivenciando a decadência da indústria açucareira em decorrência da concorrência antilhana, o que impunha a necessidade de se buscarem outras alternativas econômicas.

Visando impedir os descaminhos do ouro, a Coroa não demorou a estabelecer instrumentos regulatórios para controlar esse intenso fluxo mercantil, que favorecia os descaminhos do ouro, proibindo o comércio entre Bahia e Minas, com exceção do gado *vacum*, dada sua importância no abastecimento alimentar e como força motriz e meio de transporte Segundo o *Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil*, de 1702,

Nenhuma pessoa do distrito da Bahia poderá levar às Minas pelo caminho do sertão outras fazendas ou gênero que não sejam gado; e querendo trazer outras fazendas, as naveguem pela barra do Rio de Janeiro e as poderão conduzir por Taubaté ou São Paulo, como

²² Extracto do descobrimento das Minnas Geraes, tempo em que nellas principiou a arrecadação da Real fazenda, origem dos contractos, criação das villas, of. De Justiças..., dirigido e ordenado pelo Governador e Capitão General de Minas Geraes Luís Diogo da Silveira. Livro 81, D. F. do Arquivo Público Mineiro, citado por ZEMELLA, Mafalda P. O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII. 2ª ed. São Paulo: Hucitec: EdUSP, 1990. p. 70.

fazem os mais, para que desta sorte se evite o levarem ouro em pó, e eles ficam fazendo o seu negócio como fazem os mais vassalos.²³

Mesmo assim, não só o gado *vacum*, mas outras fazendas e escravos vindos da Bahia continuaram sendo contrabandeados para as Minas, fazendo com que tais caminhos se consolidassem e ainda que outros – na forma de picadas, atalhos e desvios – fossem abertos, fixando populações em inúmeros arraiais nascentes. A proibição desse caminho perdeu o sentido com a instauração do regime de capitação²⁴ na década de 1730. Por outro lado, quando extinto esse regime, em meados do século, ganharam destaque os registros situados no interior da capitania, o que só fez avançar a rede clandestina de rotas mercantis.

A [Carta dos] *Rios e Corregos em que se descobrirão e minerão os diamantes desde o Anno de 1729 athe o prezente de 1734*, atribuída aos padres Diogo Soares e Domenico Capassi, registra uma variante – atravessando os rios Jequitinhonha e Araçuaí – identificada como o *Caminho para a Bahia*, que cruzava o Caminho de João Gonçalves do Prado. Também figurava nesse mapa uma série de outros caminhos, articulando mais de 40 assentamentos humanos e indicando o grau de povoamento da região do Distrito Diamantino, cuja demarcação – uma poligonal ao redor do arraial do Tejuco (Diamantina), incluindo vários outros povoados – também foi realizada em 1734. Quatro décadas mais tarde, no *Mapa da Capitania de Minas Gerais com divisa de suas comarcas*, de 1778, José Joaquim da Rocha registrava com maior fidelidade e detalhe, as articulações entre Minas e o nordeste já bastante consolidadas. Vilas, freguesias, arraiais e registros já pontuavam não só os trajetos que se desenvolveram às margens do São Francisco e aqueles que passavam pelo Distrito Diamantino, mas também uma rede de conexões, que se expandiu pelos sertões do norte da capitania.

Em 1778, além das vilas do Príncipe (Serro) e de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí (Minas Novas), freguesias como as de Barra do Rio das Velhas (Guaicuí), Rio Pardo (Rio Pardo de Minas), São Romão e Paracatu figuravam como importantes pólos regionais, sendo que somente esta última – um nó de articulação

²³ [Regimento original do superintendente, guardas-mores e mais oficiais deputados para as minas de ouro que há nos sertões do Estado do Brasil], 1702. In: CÓDICE COSTA MATOSO, *op. cit.*, p. 319.

²⁴ Regulamentado pelo Regimento da Capitação, esse sistema de cobrança do quinto, implantado em 1736 e vigorando até meados do século, veio substituir as Casas de Fundação e Moedas como medida para conter os descaminhos do ouro e queda na arrecadação. Ver BOTELHO, Ângela Vianna. Capitação e Censo de Indústria (verbete). In: BOTELHO, Ângela Vianna; ROMEIRO, Adriana. *Dicionário histórico das Minas Gerais*; período colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 65-67.

dos caminhos para Goiás – foi erigida vila (1798) no período colonial. No entorno daquelas três últimas freguesias, situavam alguns dos vários registros interiores da capitania, nos quais se cobrava impostos não só de mercadorias oriundas de outras capitanias mas também daquelas produzidas em Minas. A partir da segunda metade do século XVIII, aguardente, carne seca, couro, rapadura, fumo, sal, toucinho, peixe, algodão e gado *vacum* eram os principais produtos que, passando pelos registros da região, eram exportados.²⁵

A pouca expressividade das atividades de mineração, aliada à natureza do solo, do clima e, conseqüentemente, das atividades agrícolas e pastoris do norte da capitania, fez com que a região apresentasse uma ocupação dispersa e baixa densidade demográfica, sobretudo se comparada ao centro-sul de Minas, configuração que, em termos gerais, se mantém ainda hoje. No entanto, logo veio a se tornar auto-suficiente em gêneros alimentícios e expressiva produtora de gado, inclusive disponibilizando produtos para exportação.²⁶

3.2. Articulações com o sul-sudeste: “se fez estrada freqüentada de muita gente tanto de Serra Acima como de Serra Abaixo”

Também os paulistas, com as notícias dos descobertos, trouxeram seus rebanhos e outras mercadorias para a região mineradora. O percurso do chamado *Caminho velho de São Paulo*, além de registrado no *Mapa da maior parte da Costa, e Sertão, do Brazil, extrahido do original do Pe. Cocleo*, está presente nos relatos pormenorizados de Antonil. Foi o caminho percorrido pelo Governador da Capitania do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Menezes, na primeira visita de uma autoridade colonial à região dos descobertos (1700).

Ainda que tal caminho fosse penoso e longo, sobretudo na transposição da serra da Mantiqueira, era intensa a circulação, tanto de aventureiros interessados em fazer riqueza nas minas quanto de mercadores. Mas como a produção planaltina era pequena antes da descoberta do ouro, o intenso *rush* desencadeado fez com que muitas das vilas e arraiais paulistas chegassem a sacrificar seu próprio abastecimento para fornecer às minas “*boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados, drogas e remédios, trigo algodão, enxadas, almocatrafes e artigos importados como o sal, armas, azeite, vinagre, vinho, aguardente do reino, etc...*”²⁷

²⁵ CHAVES, *op. cit.*

²⁶ *Idem*, 1999, p. 100-109.

²⁷ ZEMELLA, *op. cit.*, p. 59.

A grande demanda por tais gêneros – que chegaram a alcançar preços bastante elevados nos primeiros anos do povoamento – acabou, contudo, por incentivar a ampliação das lavouras e a multiplicação das manufaturas, tanto em Minas quanto nas áreas abastecedoras. E não tendo muares suficientes para o transporte das cargas, os paulistas foram estabelecer currais nos campos de Paranaguá e Curitiba, ampliando também as ligações mercantis com as áreas criadoras do sul e confins do Prata – Rio Grande, Viamão, Missões, Colônia de Sacramento, Montevidéu, Buenos Aires, Corrientes, Entre Rios, etc. – com reflexos no povoamento da fronteira sulina. Os tropeiros levaram as mulas até as vilas próximas a São Paulo, principalmente a de Sorocaba, onde os comerciantes das minas vinham buscá-las. A feira de Sorocaba, a maior e mais famosa da colônia, passou a figurar como um importante centro distribuidor de muares. O porto de Santos, nesse contexto, se tornou uma importante porta de entrada de artigos de além-mar, com a importação de sedas, armas, ferro, tecidos e escravos.

No Rio de Janeiro, o *rush* em direção às áreas mineradoras também apresentou impactos semelhantes aos ocorridos em São Paulo, provocando, de imediato, o despovoamento e o desabastecimento da região. Passado algum tempo, as relações mercantis com as Minas se aqueceram em razão da expansão das lavouras, engenhos e currais nas regiões fluminenses. O chamado *Caminho Velho da Cidade do Rio de Janeiro* compreendia um percurso marítimo até Parati, daí seguindo numa árdua rota até a vila de Taubaté, onde fazia conexão com o caminho dos paulistas, chegando-se às minas em aproximadamente 43 dias.

A abertura do *Caminho Novo*, iniciada em 1701, por Garcia Rodrigues Pais, reduziu consideravelmente o trajeto e o tempo de deslocamento, estimado em, aproximadamente, vinte e cinco dias, o que possibilitou ao Rio de Janeiro ocupar um lugar central no comércio com as minas. Em detrimento de Salvador e Santos, o porto do Rio de Janeiro passou a concentrar a importação de produtos europeus, de escravos vindos diretamente da África e do nordeste e, ainda, figurar como escoadouro do ouro para a Europa. Não foi por acaso que ocorreram as investidas francesas de Duclerc (1710) e Duguay-Trouin (1711) e, mais tarde (1763), a mudança da sede do governo-geral de Salvador para o Rio de Janeiro, deslocando definitivamente o eixo econômico da colônia para o sudeste.

3.3. Os caminhos para o oeste: “*tantas eram as picadas e a tudo iam chamando de picada de Goiás*”

Com a descoberta de ouro e diamantes nos sertões de Goiás e Mato Grosso, abriram-se novas frentes de povoamento a oeste. Em 1736, diferentes caminhos para o centro-oeste faziam junção na região de Paracatu: a chamada Picada de Goiás, que atravessava a fronteira de Minas com essa capitania em Arrendidos; a de Pitangui; a que passava por São Romão, vindo dos sertões da Bahia e de Pernambuco, e o caminho que transpunha o São Francisco na Passagem do Espírito Santo. Certamente havia ainda outros caminhos e descaminhos, a ponto do mestre-de-campo Ignácio Pamplona mencionar, em correspondência ao governador de Minas, que “*tantas eram as picadas e a tudo iam chamando de picada de Goiás*”, o que indicava a importância dada à articulação dessas regiões²⁸.

4. Construindo a trama: pontos, nós e entrelaces

Na geografia das Minas coloniais, os pontos e as linhas – representando os assentamentos humanos articulados pela rede de caminhos – são expressões de um processo de povoamento que ganhou, progressivamente, forma e substância com a ocupação do território. Problemas de jurisdição marcaram a configuração e as tentativas de estabelecimento dos limites do território mineiro ao longo de todo o período colonial, se estendendo, ainda, até meados do século XX.

Inicialmente, as áreas mineradoras estavam subordinadas à jurisdição da Capitania do Rio Janeiro, cujo território abarcava enormes extensões do centro-sul da colônia, situação que perdurou até 1709, com o desmembramento e criação da Capitania de São Paulo e Minas. Figurando como um dos desdobramentos da Guerra dos Emboabas, esse novo recorte territorial marcou a tentativa de, ao mesmo tempo, instaurar a ordem, apaziguar os paulistas e estabelecer um maior controle sobre a região das minas.

Também uma sucessão de insurreições – várias revoltas escravas ocorridas entre 1711 e 1719; os motins do Morro Vermelho (1715), de Pitangui (1717-1719); de Barra do Rio das Velhas (1718-1719); e o levante de 1720, também conhecido como Sedição de Vila Rica – acabaram por impor a necessidade de criação, em 1720, da Capitania de Minas Gerais, desmembrando seu território da de São Paulo e marcando mais ostensivamente a presença da Coroa, na figura do governador e de todo um complexo aparato administrativo, judiciário e militar necessário para impor ordem àqueles sertões.

²⁸ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico geográfico de Minas Gerais*. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995. p. 236-238.

O poder metropolitano estava ciente de que, naquele momento, não só as áreas mineradoras, mas também os sertões constituíam espaços onde a ordem político-administrativa ainda era precária ou não havia sequer se instalado, figurando como lugar de revolta e motins; refúgio de quilombolas, de vagabundos, de bandidos e contrabandistas; domínio do gentio bravo; espaço à margem da lei e dos valores de uma vida civilizada; cenário da insubmissão e da resistência. Assim, um outro tipo de recorte territorial – as comarcas²⁹ – evidenciava processos de descentralização espacial dessa ordem – no caso, do aparato judiciário – na medida em que a marcha do povoamento fixava populações sertão adentro.

As três primeiras comarcas em Minas – Rio das Velhas ou Sabará, Rio das Mortes e Vila Rica, cujos limites foram estabelecidos em 1714 – tinham suas sedes muito próximas entre si, já que os primeiros achados se concentravam nessa região. Porém, as duas outras criadas posteriormente – Serro Frio (1720) e Paracatu (1815), tendo Vila do Príncipe e Paracatu como respectivas sedes – apontavam para um movimento de interiorização da justiça em áreas estratégicas, que demandavam um maior controle por constituírem populosos enclaves mineradores no sertão. Vale lembrar que Vila do Príncipe era um dos acessos para a Bahia – o caminho de João Gonçalves do Prado e suas variantes – e Paracatu para Goiás, caminhos que passavam por regiões onde era mais fácil contrabandear o ouro e os diamantes.

Outra forma “*para que as pessoas que assistem nas minas vivam [vivessem] reguladas, e na subordinação da justiça*” se deu por meio da ereção de vilas, instalação de suas câmaras e demarcação de seus respectivos termos³⁰, abarcando arraiais e freguesias em vastas porções territoriais, submetidos a aparatos regulatórios da vida cotidiana urbana e rural. Na geografia desse processo revela-se, ao mesmo tempo, o movimento centrífugo de urbanização do território e a constituição de pólos regionais da rede urbana da capitania.

Entre 1711 e 1718, foram erigidas sete vilas – Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, em 1711; São João (São João del Rei), em 1713; Vila da Rainha (Caeté) e Vila do Príncipe (Serro), em 1714; e a de Nossa Senhora

²⁹ Cada comarca tinha seu ouvidor, mas havia também os Ouvidores Gerais, a mais alta autoridade judiciária nas capitanias. Além da função judiciária de segunda instância, o ouvidor exercia também a de corregedor, auditor e fiscal da câmara, provedor de defuntos e ausentes, resíduos e capelas, juiz do tombo, juiz de sesmarias, provedor da fazenda Real e juiz da Coroa. Como o cargo de superintendente das minas passou a ser função anexa à Ouvidoria, os ouvidores eram também responsáveis por dirimir disputas nas lavras. Das sentenças do juiz ordinário, cabia apelação ao ouvidor da comarca, podendo ainda recorrer para a relação do Rio de Janeiro e desta para o desembargo do Paço, de Lisboa.

³⁰ Correspondendo ao município hoje, termo designa toda extensão de território sob a jurisdição de uma vila, incluindo as freguesias e os arraiais.

da Piedade de Pitangui, em 1715 – sendo que o número de freguesias chegava a quarenta³¹, sem contar a existência de inúmeros arraiais. Ainda na primeira metade do século XVIII, mais duas vilas foram erigidas – São José (Tiradentes), em 1718, e a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, em 1730. Passariam-se, então, 59 anos até que outras viessem a ser instaladas.

Ribeiro Costa associa esse fato “*ao drama vivido pelas Minas na segunda metade do século, quando a exaustão das lavras, pelo menos em condições de mais fácil extração de ouro, aliada à imprevidência dos mineiros (...)*”³². Contudo, tendo em vista o esforço da Coroa Portuguesa em controlar as áreas mineradoras, fica evidente a estratégia de se evitar a instalação de novas câmaras e a conseqüente ampliação da autonomia desses núcleos urbanos. Convém ressaltar que, em contraposição à afirmativa de Ribeiro Costa, estudos mais recentes sobre a economia mineira buscaram rever análises até então tradicionais na historiografia, que reduziam a economia das Minas Gerais coloniais à mineração e que levaram a muitos equívocos, tais como o de interpretar a primeira metade do século XVIII como um período de opulência em oposição à segunda metade, como período de total miséria e decadência econômica. Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda e Celso Furtado, por exemplo, apontam, por um lado, a existência de um ativo comércio nas Minas Gerais da primeira metade do século XVIII, impulsionado pelas descobertas de metais e pedras preciosas e, por outro, que nada se produzia nas Minas, que pudesse vir a comprometer os braços dedicados à atividade mineradora, com exceção de uma incipiente agricultura de subsistência. A segunda premissa, certamente, não mais se sustenta à luz da historiografia contemporânea.

Se, em 1763, a cota de cem arrobas anuais de ouro foi completada pela última vez, prenunciando a crise da mineração³³, como explicar um crescimento demográfico, entre 1776 e 1821, de 60,8%³⁴ da população da capitania, inclusive da população escrava?

O desenvolvimento de atividades diversificadas, presentes desde o início dos setecentos, foi fundamental para garantir estabilidade e dinâmica ao mercado interno mineiro quando da crise da mineração. Na segunda metade do século XVIII, tal crise não chegou a representar o declínio das atividades econômicas da Capitania de Minas Gerais,

³¹ Idem, 1970, p. 16-23.

³² Idem, 1970, p. 17.

³³ FURTADO, Júnia Ferreira. Estudo crítico. In: COUTO, José Viera. *Memória sobre a Capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de estudos Históricos e Culturais, 1994. p. 13.

³⁴ ALDEN, Dauril. *The population of Brazil in the late Eighteenth Century*, HAHR, XLIII (1963) 267-88 *apud* MAXWELL, *op. cit.*, p. 299.

mas estimulou transformações nessas atividades, que se voltaram para o desenvolvimento da produção interna, mantendo-se como um importante centro exportador³⁵.

Observa-se que, das sete vilas erigidas do último quartel do século XVIII até o fim do período colonial – São Bento do Tamanduá (1789, atual Itapecerica), Queluz (1790, atual Conselheiro Lafaiete), Barbacena (1791), Campanha da Princesa da Beira e Paracatu do Príncipe (1791), Baependi e São Carlos do Jacuí (1814) – seis pertenciam à Comarca do Rio das Mortes.

Em fins do XVIII, já se evidenciava o deslocamento do eixo econômico da capitania para a região da Comarca do Rio das Mortes que, em razão da fertilidade de suas terras e figurando como centro de comércio em expansão, acabava por incorporar a mão-de-obra escrava excedente oriunda das áreas mineradoras em processo de exaustão. As atividades agropecuárias, portanto, parecem redefinir notavelmente algumas das linhas da política administrativa e econômica da capitania, bem como reestruturar as rotas e hierarquias de sua rede urbana. Ao criar novas vilas, tanto os termos de São João quanto de São José sofreram expressivas perdas territoriais, o que certamente enfraqueceu o poder das elites locais, cada vez mais desconcentrado espacialmente.

É significativo o fato de que, ao longo de todo o século XVIII, a elevação da Vila do Ribeirão do Carmo à categoria de cidade com o nome de Mariana (1745) constituir uma exceção, sobretudo com a manutenção de uma vila – Vila Rica – como centro administrativo da capitania. Naturalmente, a Coroa Portuguesa estava ciente da necessidade de manter sob controle as ações da Igreja, o que já estava explícito na proibição da presença das ordens primeira e segunda no território das Minas. O fato de Mariana ter sido elevada à categoria de cidade veio cumprir, contudo, as determinações eclesiásticas para instalação da sede do bispado.

É igualmente significativo ter o Tejuco se mantido como arraial, apesar de sediar a Intendência dos Diamantes – criada em 1733 e responsável pelo controle e fiscalização da exploração do diamante –, com o intendente exercendo ainda as funções de ouvidor no Distrito Diamantino. A ereção do arraial à vila foi descartada para se evitar confrontar as disposições expressas nas Ordenações do Reino com toda uma legislação específica e bastante rígida que se pretendia fazer vigorar no Distrito Diamantino³⁶. Visando cercear o

³⁵ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos negociantes: mercadores das Minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999. 184p.

³⁶ Júnia Furtado ressalta que, apesar da rigidez e do autoritarismo expressos na legislação diamantina, mais tarde consubstanciada no Regimento de 1771, também conhecido como o Livro da Capa Verde, nem sempre foi capaz de controlar a sociedade local. Ver FURTADO, Júnia Ferreira. *O Livro da Capa Verde: o*

afluxo de pessoas, a entrada no Distrito passou a ser controlada, a partir de 1745, limitada por registros, onde se cobrava impostos sobre as mercadorias, que chegavam a ser bitributadas para poder nele serem vendidas. Na condição de excepcionalidade legal e administrativa desse recorte territorial, nem mesmo o ouvidor da Comarca do Serro Frio, mas somente a autoridade dos governadores fazia face à Intendência.

Ao final do período colonial, portanto, apenas 15 vilas e uma cidade haviam sido criadas na Capitania de Minas Gerais. No desenho do seu território, esses núcleos desempenhavam o papel de pólos regionais, sendo que algumas de suas mais de 70 freguesias e muitos arraiais figuravam como importantes centros de articulação macro e micro-regional, expressando a coesão de uma complexa rede urbana, que favoreceu o desenvolvimento de *“uma sociedade diversificada do ponto de vista social e produtivo, dotada de estruturas burocráticas complexas, de mobilidade social, de vida cultural e artística com uma insuspeitada força”*³⁷.

Trabalhos recentes que retomam a discussão sobre a Inconfidência Mineira³⁸, por exemplo, corroboram essa afirmação mais geral, apontando, entre os inconfidentes, grandes negociantes e proprietários de terras na Comarca do Rio das Mortes³⁹, cuja participação no movimento foi movida pelo descontentamento com a posição política marginal da comarca frente aos olhos da Coroa, eventualmente mais preocupada com as áreas mineradoras. A elevação daqueles seis núcleos urbanos à categoria de vila a partir de 1789 – quando os boatos da decretação da derrama e as articulações dos inconfidentes estavam em curso e, logo depois, se instaurou a devassa – é indicativa de uma tentativa de apaziguamento de ânimos por parte da Coroa Portuguesa, o que, por um lado, reitera notavelmente o argumento apresentado no início, acerca das visíveis relações estabelecidas pela Coroa entre o controle sobre os caminhos e da hierarquização da rede urbana da capitania e a reafirmação da autoridade real.

Por outro lado, o caso das últimas seis vilas erigidas na Comarca do Rio das Mortes é exemplar tanto na demonstração dos limites da ação da Coroa como suas estratégias de *“dividir e reinar”*. Evidencia o tipo de concessão que, habitualmente, mesmo o poder absolutista era obrigado a fazer no sentido da manutenção de seus domínios, o que, nesse

Regimento Diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração. São Paulo: Annablume, 1996.

³⁷ PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 14.

³⁸ FURTADO, João Pinto. *O Manto de Penélope; história, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1788-9*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. p. 87-100.

³⁹ Entre esses inconfidentes destacam-se José Aires Gomes, Alvarenga Peixoto, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Resende Costa (pai e filho) e Domingos de Abreu Vieira.

caso, é representativo de aspectos importantes por meio dos quais se desenvolveu a rede urbana mineira no período colonial e do *status* adquirido.